autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, MOBILIDADE URBANA E ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE: NABIL BONDUKI

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 13 de outubro de 2026

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação do público
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Na presença dos Vereadores Nabil Bonduki, que logo mais estará conosco, e Renata Falzoni, na qualidade de membro da Comissão de Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e Atividade Econômica, declaro abertos os trabalhos da 10ª Audiência Pública de 2026, tendo como tema perspectivas e encaminhamentos relacionados à possível implantação do Parque Telefunken, conforme o REQCOM ECON 27/2026, de autoria da Vereadora Renata Falzoni, aprovado em reunião desta Comissão no dia 3 de setembro.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios Online. O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 28 de setembro de 2026.

As inscrições para a participação *on-line* estiveram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 28 de setembro de 2026. Também haverá inscrição para o público presente. Cada orador terá três minutos para se manifestar. A lista de inscrição já está circulando.

Foram convidados para esta reunião o Sr. Wanderley de Abreu Soares Junior, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que não está presente; a Sra. Elisabete França, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL; e o Sr. Celso Jorge Caldeira, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte – SMT, que está presente, também estão presentes o Sr. Marcelo Katsumi Imaizumi, que é assessor do Secretário, e o Sr. João Bonett, da área técnica da Secretaria de Mobilidade. Os dois que eu chamei vão falar e, se quiserem, podem sentar-se aqui. Estão confortáveis aí? Perfeito. Também foi convidado o Sr. Tiago Almeida Machado, da Subprefeitura de Santo Amaro. O Tiago está presente? (Pausa) É uma pena.

Temos ainda o representante da SPTrans, o Sr. Luiz Henrique Ivanov Dorador, responsável pela assessoria de integração do território da SPTrans. Está presente? Está. Beleza. Então os três estão juntinhos lá. Maravilha. Também convidamos o representante do Ministério Público e o Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo –

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Cetesb. Está presente? Ainda não. A Sra. Crislei Custódio, representante da comunidade do Jardim Sabará, Campo Grande, Santo Amaro e região. Está *ok*? Confortável aí? Beleza. O Sr. Francisco Bodião, do Fórum Verde Permanente, também está presente. Convidamos também o Sr. Fábio Sanchez, da Rede Nosso Parque.

Já passo a palavra aos Vereadores e aos convidados que desejarem. Um instante só. Representando a Subprefeitura de Santo Amaro, está presente o Sr. José Guilherme Rodrigues, que é o chefe de gabinete.

Passo a palavra ao meu Colega Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite a todas e a todos. É um prazer estarmos neste debate. Quero me desculpar pelo atraso. Eu estava em um ato de apoio à candidatura do nosso querido Presidente Lula e, por isso, demorei um pouco a chegar.

Estamos na Comissão de Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e Atividade Econômica, que eu presido, abrindo espaço para este debate, que é fundamental para a cidade de São Paulo. Não vou me estender nesta fala inicial. Quero apenas ressaltar o seguinte.

Esse projeto imobiliário ainda existe por um direito de protocolo de muitos anos atrás. Acho que são quase 20 anos. O direito de protocolo é o seguinte: o empreendedor entrou com um projeto em uma data em que vigorava certa legislação. Obviamente, se é uma questão de dois anos, três anos, você pode até supor que a pessoa comprou a área com uma legislação e aquela legislação mudou no meio do caminho, mas depois de 20 anos não tem o menor cabimento manter um direito de protocolo.

A área é uma ZEPAM, uma região sensível da cidade, que é a Várzea do Pinheiros/Jurubatuba. Nós estamos numa luta enorme para a implantação do Parque Jurubatuba, para não ter extensão da marginal. E com isso a gente completa esse projeto nas duas margens do rio, criando uma conexão, um corredor que é extremamente importante para a cidade de São Paulo, porque é única, são as últimas áreas verdes da cidade que encostam no rio.

Então, é por isso que nós estamos bravamente defendendo a implantação do Parque

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Telefunken, que faz parte e integra um complexo mais amplo de parques da várzea do rio. E isso é extremamente importante para a cidade.

Não vou me estender muito, mas apenas fazer esse primeiro posicionamento. Estamos aqui para ouvir todos, e esperamos que a Prefeitura tome uma atitude que tem que ser tomada: declarar aquela área de utilidade pública para a implantação do parque, para que dessa maneira se dê início a um processo. Pode levar muitos anos para ser concluído, mas que precisa ser começado.

E a Prefeitura precisa tomar uma ação que está prevista, inclusive, no Plano Diretor, que é implantar um parque naquela área. E é por isso que ela hoje é uma ZEPAM, e não permite que se possa fazer um empreendimento imobiliário.

Esse é um direito de protocolo antigo, já está caduco e nós precisamos, Vereadora Renata Falzoni, fazer uma modificação na legislação que trata do direito de protocolo. Sei que é muito difícil dizer que não vai ter mais direito de protocolo. Mas não é possível ter um direito de protocolo que vale durante 20 anos. Isso não tem o menor cabimento. E é por isso que estamos defendendo a implantação do Parque Telefunken.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Superagradeço. Direito de protocolo realmente é muito questionável.

Eu queria começar agradecendo a presença de todos vocês, especialmente os moradores das lideranças comunitárias, das pessoas que há tantos anos lutam pela criação do Parque Telefunken. E vejo que tem muita gente que também estava conosco em outras brigas: “Respira, Santo Amaro”; “Parque não é Shopping”, e por aí vai. Sempre são os mesmos rostos resilientes. Superagradeço a vocês todos por estarem aqui.

Estamos aqui para discutir uma questão muito importante: que cidade a gente quer construir e qual o lugar das áreas verdes nela? A gente está falando de uma área de 153 mil metros quadrados, mais de 15 hectares, na Zona Sul, região de Campo Grande. E não é um terreno qualquer. É uma área que possui uma vegetação natural remanescente da mata atlântica,

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

de importância ambiental, reconhecida em documentos do próprio município.

É uma área identificada como ZEPAM, como bem falou meu Colega Nabil. E o que isso significa? Significa que nós estamos diante de um território que possui características ambientais importantes. E que, por isso, recebe um tratamento especial na legislação urbanística da cidade, não é simplesmente um espaço vazio à espera de ocupação. É um patrimônio ambiental que precisa ser considerado nas decisões sobre o futuro da região.

Fundamental esclarecer que também o Parque Telefunken já aparece no planejamento da cidade como um parque proposto. Isso está registrado no Plano Diretor e em sua revisão. Ou seja, nós não estamos inventando uma proposta do zero. Estamos aqui para cobrar do Poder Público o encaminhamento de algo que já foi reconhecido no planejamento municipal.

E por que isso é muito importante? Porque São Paulo precisa de mais áreas verdes, especialmente em regiões que convivem com o adensamento urbano, a impermeabilização do solo e a redução dos espaços públicos de convivência.

Para vocês terem ideia, nós estimamos que tenhamos 450 mil árvores fictícias, que deveriam ter sido plantadas e que foram abatidas, que foram suprimidas por conta de autorização ambiental e que nunca foram repostas. Por quê? Porque não tem espaço, segundo o que se fala.

Por isso é importantíssimo a gente realmente combater o combate às árvores, combater o desmatamento. Uma área desse tamanho ajuda a reduzir a temperatura, contribui para a infiltração da água da chuva, oferece abrigo e alimento de fauna e melhora a qualidade ambiental da cidade como um todo.

A árvore não é enfeite, a área verde não é sobra de terreno, é infraestrutura urbana. E quando falamos de infraestrutura, nós falamos também de saúde pública, adaptação às mudanças climáticas e a qualidade de vida.

Outro ponto muito importante é a biodiversidade. A comunidade já relata a presença de diferentes animais na área, como saguis, saruês, tucanos, corujas, pica-paus e répteis. Isso precisa ser confirmado por meio de levantamentos técnicos de campo, mas já reforça a

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

necessidade de se avaliar a importância desse território como espaço de abrigo de fauna em meio à cidade.

Uma outra questão que exige muita responsabilidade: o histórico da contaminação do solo e das águas subterrâneas relacionadas ao antigo uso industrial. Isso não pode ser ignorado. Precisamos conhecer a situação ambiental atual, compreender quais medidas de gerenciamento ou recuperação são necessárias e garantir que qualquer proposta de uso público seja segura para a população, e não uma desculpa para a deterioração. Preservação ambiental se faz com informação, transparência e responsabilidade técnica.

Outra questão central é a situação fundiária das áreas e os caminhos jurídicos e administrativos para a implementação de um parque. Já tivemos iniciativas legislativas anteriores, em 1999, 27 anos atrás, e em 2017, 9 anos atrás, que trataram da desapropriação e da criação desse espaço público. Portanto, essa luta tem história, mas precisamos saber exatamente como estamos hoje, quais processos estão em andamento, qual é o posicionamento da Prefeitura, o que falta para avançarmos?

É para isto que serve uma audiência pública: ouvir a para a população, cobrar informações, reunir os órgãos responsáveis e construir encaminhamentos concretos e fazer com que eles sejam aplicados e não ignorados, como vêm sendo constantemente feito em relação às nossas audiências públicas.

Para isso, a mobilização dos moradores é fundamental, porque uma cidade não se constrói apenas dentro de gabinetes. Ela se constrói com as pessoas que vivem no território, conhecem seus problemas e sabem do que os bairros precisam. O Parque Telefunken pode representar muito mais do que apenas uma nova área de lazer. Pode representar preservação da biodiversidade, adaptação climática, educação ambiental, convivência comunitária e os direitos de as crianças crescerem em uma cidade com mais natureza.

São Paulo não pode continuar a tratar suas últimas grandes áreas verdes como oportunidades de ocupação imobiliária sem antes discutir o seu valor ambiental e social. Nosso compromisso aqui é contribuir para que essa discussão avance com seriedade, transparência,

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

participação popular e respaldo técnico. Que a gente saia desta audiência pública com respostas, responsabilidades definitivas e próximos passos.

A população não precisa apenas de mais uma promessa de parque, precisa de um caminho concreto para que o Parque Telefunken saia do papel. Muito obrigada e vamos à nossa audiência pública.

Eu gostaria de começar com a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte. O Sr. Marcelo está aqui. Posso te dar um pouquinho mais de três minutos.

O SR. MARCELO KATSUMI IMAIZUMI – Na verdade, a gente veio mais para representar a Secretaria e ver as pautas. No que depender de nós e se pudermos ajudar, estamos à disposição. É mais para acompanhar mesmo.

O SR. NABIL BONDUKI – Existe algum debate no âmbito da Prefeitura sobre a criação do parque?

O SR. MARCELO KATSUMI IMAIZUMI – No transporte, por enquanto, que eu saiba... Tem alguma coisa?

O SR. NABIL BONDUKI – E tem alguma intervenção de mobilidade naquela área prevista?

O SR. LUIZ HENRIQUE IVANOV – Ali na região tem previsto no Plano Diretor o corredor Miguel Yunes e Sabará.

O SR. NABIL BONDUKI – Mas é fora da área. É no perímetro.

O SR. LUIZ HENRIQUE IVANOV – É, nas duas principais vias que cortam em cima e em baixo o parque, nas marginais.

O SR. NABIL BONDUKI – Sim, mas é fora do parque.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Estão previstos desapropriação, estreitamento do terreno, alguma coisa assim?

O SR. LUIZ HENRIQUE IVANOV – Eu não tenho as informações do projeto aqui. De cabeça eu não vou lembrar, Vereadora, mas eu sei que são os dois corredores que estão previstos no plano.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

O SR. NABIL BONDUKI – Mas, se for, é uma faixa pequena, não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE IVANOV – De cabeça eu não me lembro, mas é um corredor bem extenso, nos dois eixos ali das duas grandes avenidas que há na região.

O SR. NABIL BONDUKI – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – E seria uma avenida com o corredor de ônibus, estruturas cicloviárias, aquela que eu conheço? A mesma calçada, tudo bonitinho? O João Bonett também pode falar.

O SR. JOÃO BONETT NETO – Vereadora, é isso mesmo, a gente agradece a oportunidade e reconhece a importância do debate. E acho que é isso que os colegas comentaram aqui. Os dois principais projetos que a gente tem no entorno da área são esses dois corredores. Eles estão previstos tanto no Plano Diretor Estratégico quanto no Planmob. E essas são as principais infraestruturas de transporte que a gente tem para a região, nesse entorno do projeto, enfim, do objeto do debate.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada. A títulos de créditos, falaram o Luiz Henrique, da SPTrans, o João Bonett e o Marcelo. Os três falaram.

Então, vamos dar a palavra agora ao Tiago Almeida Machado, que está sendo representado por José Guilherme Rodrigues, que está *on-line*.

José Guilherme, você gostaria de falar alguma coisa, uma introdução sobre o nosso trabalho de hoje?

O SR. JOSÉ GUILHERME RODRIGUES – Boa noite, Vereadora. Boa noite, Vereadores e a todos os presentes.

Vou me apresentar. Eu sou o Guilherme, chefe de gabinete da Subprefeitura de Santo Amaro. Estou aqui hoje representando o Subprefeito Tiago. Primeiramente, quero agradecer pelo convite disponibilizado para a Subprefeitura.

Como disseram os outros participantes, a gente está aqui mais para acompanhar a audiência, ouvir, entender as solicitações da comunidade e dos demais participantes, além de compreender os encaminhamentos que poderão surgir a partir da discussão para a gente,

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

internamente, poder formular os questionamentos, os andamentos internos. E também nos colocar à disposição realmente do que vocês precisarem.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – A primeira pergunta que eu posso mandar é se existe na Subprefeitura algo seguindo em relação ao que lhe foi colocado no Plano Diretor de 1999 e de 2017 a respeito da constituição, da formação do Parque Telefunken.

O SR. JOSÉ GUILHERME RODRIGUES – Não tenho conhecimento, Vereadora, mas estou anotando aqui e a gente vai depois também formalizar para a senhora.

O SR. NABIL BONDUKI – Desculpe, Renata. Na verdade, não é no Plano Diretor, são projetos de desapropriação, deve ter sido alguma iniciativa de desapropriação da área. Na verdade, o parque não está previsto por um plano diretor, está previsto na operação urbana, na verdade, no PIU Jurubatuba, porque é uma lei aprovada, portanto, vamos dizer assim, ela complementa o Plano Diretor.

Então, nós podemos dizer que há um parque proposto. Está na legislação, está na lei, há uma lei aprovada propondo a criação do parque. Então, existe um direito, protocolo anterior à lei. Por isso, temos esse impasse que exige uma ação da Prefeitura no sentido de agilizar a desapropriação.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – A expressão correta seria planejamento municipal. E eu troquei aqui. Você tem razão. Quanto ao representante do Ministério Público, alguém entrou *on-line*? Não? Nem o senhor Thomaz Miazaki de Toledo, que é da Cetesb?

Ok, então vamos para a Sra. Crislei Custódio, que é representante da comunidade do Jardim Sabará, Campo Grande, Santo Amaro.

A SRA. CRISLEI CUSTÓDIO – Boa noite a todas as pessoas presentes. Eu queria agradecer à Vereadora Renata Falzoni, ao Vereador Nabil Bonduki, a toda a sua equipe que tem nos auxiliado enquanto comunidade.

Não vou recapitular. A Vereadora Renata já falou várias coisas aí sobre a situação do terreno. A gente preparou para apresentar um pouco. Há muitas pessoas da nossa comunidade também acompanhando pelo YouTube e quero dizer e reforçar que o Parque

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Telefunken não é algo que começa agora. Então, temos pessoas aqui que sabem que essa é uma demanda para mais de 25 anos da comunidade local.

E a minha função aqui é um pouco apresentar qual é a situação atual e colocar alguns questionamentos para os quais a gente precisa ter respostas. Fico um pouco triste que a gente não tenha a representação da Subprefeitura de Santo Amaro, porque a gente veio de lá. A gente se deslocou de lá até aqui. Não, a gente não está presente pessoalmente.

- Exibição de imagens

A SRA. CRISLEI CUSTÓDIO – Aqui, esse é um histórico que já foi dito: o primeiro projeto de lei é de 1999, para a desapropriação do terreno da antiga fábrica da Telefunken. Já no Plano Regional da Subprefeitura Santo Amaro, em 2004, aparece como uma previsão de que aquele terreno pudesse se constituir como uma ZEPAM, o que vai acontecer mais adiante, entre 2016 e 2017, quando há a aprovação desse projeto de lei, o PL 420, nesta Câmara. Mas há um veto do então Prefeito João Doria, no qual se alega a necessidade de ter mais informações sobre a questão da contaminação do solo. Porque ali foi um polo industrial, e há diferentes áreas de contaminação.

No PIU Arco Jurubatuba, já aparece o Parque Telefunken, assim como outros, como parques propostos, parques previstos para a região. Aqui, não preciso repetir; é só para endossar o quanto já há um reconhecimento do Poder Público. Aparece na nota técnica da SP Urbanismo um reconhecimento de que o Parque Telefunken já é uma ZEPAM. Nas razões do veto do Prefeito João Doria, há um reconhecimento de que ali é um residual de Mata Atlântica, que é um terreno importante, que se constitui como parque. E, no PIU Arco Jurubatuba, já há uma proposição como parque previsto.

Vou falar mais rápido, para a gente ter mais tempo de discutir. É uma área de 153 mil metros quadrados. Ele fica entre a Rua Tabaré, a Avenida Nossa Senhora do Sabará e a Avenida Miguel Yunes. Ali era onde ficava a fábrica, por isso há essa parte de concreto, mas há toda uma vegetação em volta, algo muito raro ainda nesta cidade, ainda mais em uma região em que não há parques, como vou mostrar mais adiante. É para vocês terem uma ideia de onde fica

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

o local no qual a gente demanda a criação de um parque.

A gente está se referindo aqui ao PIU Arco Jurubatuba. Ali há a delimitação de qual é a área estendida, para que as pessoas também entendam como é parte quase de um cinturão verde, de uma proposta. Porque a gente tem, de um lado, o que está proposto para ser o Parque Telefunken; do outro lado, a proposição do Parque do Aterro, que é uma outra conversa; e, às margens do Rio Pinheiros, o Parque Linear Jurubatuba.

Em toda essa região, aparecem esses parques. Fora isso, também há uma proposta de ter, perto da represa, outro parque linear, ali onde fica a região do Autódromo de Interlagos. Tudo isso já está previsto em legislação; não é uma demanda que surge do nada. Já está consolidado na legislação da cidade.

Isso aqui é o que a gente sabe até então: que o terreno é um terreno privado e que quem aparece como proprietário desse terreno é a TINER Empreendimentos e Participações Limitada. O que a gente sabe também é que há uma dívida ativa de R$ 24 milhões em IPTU referente a esse terreno. A gente não tem informações, pelo que a gente pôde buscar, do valor venal desse terreno. E a gente também sabe, das nossas buscas como comunidade, que houve esse processo com o pedido de alvará para um conjunto residencial, um pedido de 2004, que foi avaliado pela Comissão de Análise Integrada de Projetos de Edificações e de Parcelamento do Solo em 2021. Houve a avaliação desse processo e desse pedido. Mas a gente também precisa de mais informações sobre a situação desse terreno, sobre a desapropriação.

A pergunta central é porque é urgente um parque aqui. Eu imagino que, a esta altura, vocês também já tenham em mente por que é, mas a gente buscou trazer alguns argumentos para além de todos esses que me parece que são comuns para a gente aqui: a necessidade que a gente tem de mais áreas verdes nesta cidade, o adensamento populacional.

Aqui, no mapa do GeoSampa, da cidade de São Paulo, o que a gente tem em verde são os parques municipais e as áreas de preservação municipais e estaduais. O que há em cinza no mapa são parques propostos.

Aí a gente dá um *zoom* na Zona Sul. Há, acho que está refletido, mas há um contorno

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

azul, em cima, que é o distrito de Campo Grande. É para a gente ter uma ideia do que há, que é esse verde mais forte de áreas verdes no entorno. E um *zoom* mais bem dado do próprio distrito de Campo Grande, em que não há nenhum parque. Ali onde há aquela bolinha vermelha é onde fica o terreno da Telefunken. A gente não tem nenhum parque na região.

Esses dados aparecem no Plano de Ação da Subprefeitura Santo Amaro 2026-2029. Lá no Plano de Ação da Subprefeitura, aparece que, nos três distritos que compreendem a Subprefeitura Santo Amaro, a gente tem, como parques e áreas de conservação, 14 hectares. Só a área do Parque Telefunken é maior do que tudo o que a gente tem na área da Subprefeitura Santo Amaro. Isso já demonstra o quanto tornar esse terreno um parque, um parque público, é fundamental para uma região que é muito carente de áreas verdes.

E o que a gente vive na atualidade, que eu acho que é uma camada a mais para se falar da urgência da implantação desse parque, é um crescimento populacional na região. No próprio Plano de Ação da Subprefeitura Santo Amaro, aparece o quanto houve um crescimento populacional no período dos dois censos, de 2010 e 2022. O distrito de Campo Grande cresceu 32,3%, acima do crescimento da cidade de São Paulo, que é de 20,5%.

Esse foi um levantamento que a gente fez. Nós temos sete empreendimentos na faixa da Avenida Miguel Yunes. Não estou nem falando do distrito de Campo Grande inteiro. Estou falando exatamente da via que é um dos lados do terreno do parque, e da previsão de entrega de apartamentos ali. Fomos buscar em todos os *sites*. É assustador.

A gente precisa ter moradia. Enfim, não é essa a questão, mas é assustador o impacto na região, como isso impacta a mobilidade e a qualidade de vida da comunidade. A gente tem, só da empreendedora Cury, uma previsão de entrega da qual já foi entregue um terço desses apartamentos, o que já tem um impacto muito grande na região. Mas são mais de quatro mil apartamentos. É um paredão de prédios, mas a gente tem, ao mesmo tempo, subindo também o empreendimento da Plano&Plano, na esquina da Avenida Nossa Senhora do Sabará com a Avenida Miguel Yunes, e um outro da MRV. Não é a agenda aqui falar de especulação imobiliária, enfim, mas a gente sabe o quanto isso impacta a nossa qualidade de vida e o quanto

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

isso entra como mais um fator de urgência para que a gente tenha mais áreas públicas, mais áreas verdes ali, numa região em que já não há.

E aí, para a gente encerrar: parque previsto não é parque criado. É por isso que a gente está aqui. Previsto, ele já foi em outros momentos, já houve reivindicação, já veio para esta Casa para ser votado como projeto de lei, mas a gente precisa de algumas respostas para que a gente possa, de fato, dar encaminhamento e consolidar algo que está na legislação da cidade.

A gente precisa de uma agenda intersecretarial para definir um pouco qual é o caminho jurídico-administrativo que a gente tem para a implantação desse parque. A gente precisa de estudos ambientais, temos informações no *site* da Cetesb que dizem que o terreno da Telefunken possui águas subterrâneas contaminadas, mas que é uma área já em processo de reutilização. A gente precisa de mais informações sobre isso. A gente precisa de transparência fundiária, para saber qual é a situação mesmo, quais os débitos, esclarecer a questão da propriedade, e de um cronograma público que, de fato, faça com que esse parque saia do papel.

Para encerrar, o nosso último *slide*: essas são fotografias, e a gente tem coletado outras imagens que são tiradas. A gente tem um condomínio aqui que fica exatamente ao lado do terreno, e vários animais dessa fauna: pica-pau, tucano, saruê, enfim, aparecem nas janelas das pessoas, e elas vão fotografando, vão registrando. A gente tem coletado essas imagens também para demonstrar que ali a gente tem uma flora que é residual de Mata Atlântica, mas a gente tem uma fauna, e precisamos ter um levantamento disso. A gente não sabe que espécies há ali dentro.

Enfim, é uma demanda ambiental, é uma demanda de direito à cidade e, agora eu encerro mesmo, eu juro. É porque eu sou professora; a gente sempre fala que vai terminar e não termina, mas agora eu prometo. Que a gente recuperou um pouco essa demanda da comunidade, e ela veio de dentro de um CEI, que é um Centro de Educação Infantil, da Rede Direta, da Rede Municipal de Educação de São Paulo, porque a gente acredita também no direito

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

à cidade das nossas crianças.

Essa é a nossa demanda aqui hoje. É um parque, sim, para ter lazer, mas porque a gente acredita na vida desta cidade e no futuro que vamos legar para os nossos filhos, para as nossas crianças, e é por isso que a gente está nessa luta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Crislei, muitíssimo obrigada pela sua apresentação, pelo seu carinho em fazer e colocar todas essas questões de forma ordenada, para que fique muito claro. Muito obrigada mesmo.

O próximo a falar é Francisco Bodião, do Fórum Verde Permanente. Quando o Francisco acabar de falar, vamos encerrar as inscrições, e nós só temos cinco pessoas inscritas. Eu queria saber se há mais alguém querendo se inscrever, mesmo *on-line*; por gentileza, que o faça.

Francisco, contigo. Arrasa, querido.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO – Gente, boa noite. Quero cumprimentar a Vereadora Renata Falzoni e o Vereador Nabil Bonduki.

E acho que, pensando no que a gente tem para discutir hoje, mas também no que a gente vem discutindo nesta Casa, acho que são dois mandatos que estão comprometidos com essa discussão da proteção socioambiental, da preservação das áreas verdes, de escutar as comunidades, de escutar as populações que estão envolvidas ou impactadas também na defesa dessas áreas. Então, quero fazer esse registro, porque, para a gente que acompanha os dois mandatos desde o primeiro momento, é muito importante ter esse apoio e esse compromisso, tanto do Vereador Nabil Bonduki quanto da Vereadora Renata Falzoni, nessa atuação socioambiental na cidade.

A Cris, acho, faz aqui toda a apresentação e justifica por que a gente precisa preservar essa área e garantir mais esse parque na cidade.

Eu queria, então, só complementar e dizer que a gente vem perdendo de forma muito expressiva áreas verdes que estavam protegidas ou que estão sob a tutela de legislação na

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

cidade. São terrenos privados, principalmente, que, com dívida ou sem dívida, estão incorporados, estão determinados como áreas de proteção, ZEPAM, área de interesse, com legislação que garante, até mesmo, a preservação dessas áreas.

E, nos últimos anos, a Prefeitura vem autorizando de forma sistemática a construção de empreendimentos, ela mesma desrespeitando a legislação e criando subterfúgios, criando justificativas que, com o tempo, são passíveis de ser questionadas. Mas, depois que a Prefeitura faz a autorização, as árvores vêm abaixo, os terrenos são ocupados, e são muitas as áreas que, no último período, com liminares na Justiça, estão com as suas obras embargadas e paradas na cidade.

Recentemente, a gente teve também, na Justiça, o questionamento dessas obras, e a gente fica nesse movimento: a Justiça determina a suspensão das obras, a Prefeitura entra e questiona, depois a gente entra de novo na definição de áreas que eram protegidas, e a Prefeitura desrespeita, enfim.

Acho que, antes de mais nada, a gente precisa reivindicar da Prefeitura, de forma muito incisiva, que ela se responsabilize pelas áreas que estão sob a tutela dela, pelas áreas que estão previstas na cidade, de interesse da comunidade, de interesse público e de proteção ambiental, principalmente com as alterações do Plano Diretor e da Lei de Licenciamento.

E, infelizmente, não quero ser irresponsável com o que vou dizer, mas a gente acompanhou nesta Casa negociações e conversas que não são nem um pouco republicanas. Conversas e negociações que rifaram a cidade por interesse de grupos muito específicos e de grupos que avançam sobre o interesse coletivo.

Então, reivindicar, exigir e garantir que esse parque, o Parque Telefunken, seja implantado não é algo radial, não é algo pouco importante; é algo fundamental. É fundamental também porque essa área que a Cris acabou de mostrar − que é a área que engloba o Parque Jurubatuba, que também está previsto, o Parque Telefunken −, também está se discutindo a implantação de um incinerador e isso é muito grave. Só atesta o que a gente está chamando a atenção e questionando aqui.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

O compromisso é com grandes empreendimentos, com grandes grupos que olham para essas áreas: os últimos remanescentes verdes que a gente tem na cidade, e veem apenas atividades econômicas e de exploração. E o que sobra são áreas extremamente adensadas, até mesmo com a falta de previsão e de implantação de equipamentos públicos, antes e depois da liberação dessas obras.

Eu sou lá da Zona Oeste, sou dali de perto da Raposo Tavares. Lá a gente teve a implantação do famoso Raposão, que é um condomínio gigantesco, com inúmeras torres; nem eu sei dizer quantas torres estão previstas para serem construídas lá. E hoje o que se discute é, não só o impacto ambiental, o impacto hídrico, o impacto para as áreas verdes que foram devastadas e estão sob devastação naquele pedaço, mas também e, principalmente, a falta de equipamentos públicos e a inexistência de áreas possíveis para implantação desses equipamentos para uma região que está superadensada, hiperadensada.

Há falta de mobilidade, falta de previsão de transporte, e a solução que a gente tem é o Governador, agora, apresentando para aquela área a duplicação da Raposo Tavares. A ampliação da Raposo Tavares avançando também em uma série de residências com desapropriações inúmeras, na casa de mil, para o avanço sobre áreas verdes.

Então, mais uma obra que justifica o avanço sobre áreas verdes, sobre parques. A gente vai perder parques, vai perder trechos de parques. Vai perder áreas verdes importantes que podiam ser direcionadas para a implementação de outros parques, ou principalmente para a preservação dessas áreas, preservação de nascentes, para exatamente um modelo que está ultrapassado: o rodoviário.

Então, essa questão do Parque Telefunken está inserida na discussão: que cidade a gente quer para os próximos anos? Que cidade a gente quer para a gente e que cidade a gente quer para os nossos filhos, nossos netos?

A emergência climática exige da gente um outro tipo de compromisso, de projeto de cidade. E as ações da Prefeitura vão exatamente na contramão de tudo o que é mais urgente, que está sendo apresentado como emergência nas grandes cidades, em todos os lugares do

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

mundo.

Então, o Fórum Verde surge, em 2019, também questionando os projetos de concessão de parques. Eu sou Conselheiro-Gestor e faço parte do Movimento Parque Chácara do Jockey, que foi fruto da mobilização da comunidade. Uma área que foi desejada, por mais de 25 anos, pelos moradores do entorno.

Quase perdemos essa área para a construção de shopping e de empreendimentos imobiliários. E era uma área comprometida pelos débitos que o Jockey tinha e ainda tem com a Prefeitura. Nós conseguimos preservar aquela área, o Nabil, à época, acompanhou isso muito de perto. Foi importante a ação dele como Secretário e também o trabalho que tem na USP com a mobilização dos estudantes.

Enfim, não é de hoje que a gente vem lutando pela preservação dessas áreas. A memória das pessoas, a cultura local. E a gente vem de forma permanente mobilizando as pessoas para defender aquilo que deveria ser óbvio, deveria estar garantido como projeto para as prefeituras que se sucedem. Mas sai um Prefeito, entra outro, vai tudo por terra. Tudo o que estava previsto, negociado com as comunidades.

A gente fala de comunidades que se mobilizam no tempo, como a comunidade do Campo Grande, como a comunidade do entorno do Parque Telefunken. E se reportam a legislações que estão criadas, foram prometidas, as pessoas foram ouvidas e, de repente, entra um projeto novo, um interesse novo. A gente vai para o Plano Diretor, avança, muda, e a cidade fica de novo refém dos interesses de poucos grupos. Essa é a grande constatação.

Hoje é mais uma fronteira, mais uma trincheira de luta que a gente tem que garantir na cidade. Dizer para a comunidade que defende a criação do parque, o Fórum está junto com vocês. O pessoal do movimento, do coletivo, chamou uma plenária para a gente seguir discutindo. E articular os grupos e coletivos que também estão discutindo a criação do Parque Jurubatuba. Grupos que também estão indo contra e apresentando os argumentos contrários à criação de um incinerador nessa área.

Estávamos discutindo para fazer uma plenária agora, dia 17. Mas o período eleitoral

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

e o período de mobilização contra o avanço de uma mentalidade de exploração do meio ambiente, de negação da legislação ambiental, exige que a gente vá para a rua fazer a defesa de outro projeto de país, que defenda as áreas verdes, o meio ambiente, enfim.

Então, estamos suspendendo a plenária do dia 17 e passando para o dia 7 de novembro. E a gente quer convocar todo mundo, na região do Campo Grande, ainda vamos ter a definição do local, para a gente articular e ampliar essa luta em defesa da criação do Parque Telefunken.

Obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Superobrigada, Francisco. Vou fazer aquela coisa chata quando a gente está na presidência de uma audiência, que é brecar no *time*, para conseguir dar a palavra, o tempo de fala para todo mundo.

Contrariando um pouco a ordem da inscrição, e a pedido do Nabil Bonduki, vou passar a palavra para a Patrícia Sepe, Assessora do Vereador, bastante estudiosa desse tema.

A próxima a falar, Gleice Maria de Vasconcelos, da Comunidade do Parque Jurubatuba.

A SRA. PATRICIA MARRA SEPE – Boa noite a todas e todos, como a Renata falou, sou Assessora do Nabil, meu nome é Patricia. E a partir do primeiro semestre desse ano, março, abril, a gente recebeu muitas demandas e manifestações dos moradores da região, preocupados porque começaram a ver uma movimentação dentro do terreno, inclusive, questionando que estava começando a ter cortes.

Em cima disso, a gente fez um exaustivo estudo. Levantamos todos os processos e vimos ofícios que o Vereador Nabil mandou. Oficiamos a Subprefeitura, a SVMA, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e a SP Urbanismo, que é a gestora do PIU Jurubatuba.

Então, Renata, algumas das perguntas colocadas aqui, pelo menos até maio e junho, a Prefeitura nos respondeu a partir dos questionamentos do Nabil. Uma questão que acho importante, que o Nabil apontou, existe desde 2004 um processo protocolado na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, para um alvará de aprovação de obra nova, de uma empreendedora

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

que faliu, nem existe mais.

Esse processo ainda está ativo, como o Nabil falou, são 22 anos com direito de protocolo. À época, como era um desmembramento e um loteamento, pelo tamanho da área, foi pedido um EIV/RIVI. Não foi feito um EIA/RIMA, mas foi pedido para o empreendedor fazer um estudo de impacto de vizinhança, que ele entregou só em 2012.

E por incrível que pareça esse estudo é considerado válido. E está sob a análise da SVMA desde 2012. Estamos falando de 14 anos de um estudo, então a gente questiona isso.

Em 2015, foi emitido um Termo de Compromisso Ambiental, permitindo o corte dessas árvores. Mas só pode começar a cortar a partir do dia que ele tiver o alvará de execução da obra, que ele ainda não obteve.

Então, a gente fez diversos questionamentos cruciais. A gente perguntou para a SP Urbanismo, gestora do PIU Jurubatuba, que é um tipo de operação urbana. A gente tem todos esses documentos, disponibilizamos aqui. E a SP Urbanismo responde que está previsto na lei, mas enquanto não houver captação de recursos do PIU Jurubatuba não há previsão a curto prazo da implantação do parque.

A gente perguntou para a SVMA se existia algum projeto. Ela também respondeu que como o PIU é de gestão da SP Urbanismo, na Secretaria do Verde não há nenhum projeto de implantação do parque.

A gente questionou também a SVMA, como um EIV/RIVI não está disponível para consulta pública. E a resposta foi de que só será colocado quando for para o CADS, para ser analisado. E que eles estão pedindo ao empreendedor uma série de atualizações.

Resumindo bem a questão, fora que existe a dívida de 24 milhões, acho que a gente precisaria de alguns encaminhamentos. Pela Prefeitura, em maio, ela nos informou que não há previsão a curto prazo, e que o processo do empreendedor não foi indeferido. Quando for discutido o EIV/RIVI, e se for aprovado ou não, mesmo tendo 12 anos de atraso, volta para a Secretaria de Urbanismo, que pode ou não aprovar, baseada em um direito de protocolo de 24 anos atrás.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Então, é só isso que a gente queria colocar...

O SR. NABIL BONDUKI – Patricia, só esclarecer, esse protocolo foi feito por uma empreendedora, acho que é a Tiner, que faliu, vendeu para uma outra. E essa outra vendeu para uma terceira, que está hoje de posse do terreno. Você sabe os nomes?

A SRA. PATRICIA MARRA SEPE – A gente não conseguiu, da mesma forma que vocês, porque houve um leilão dessa área, em setembro do ano passado, mas na Prefeitura ainda é da Tiner. Só que ela transfere o direito, porque é vinculado ao terreno, não ao CNPJ. Todos os processos, e se vier multa, são vinculados ao terreno.

Então, ela vende ou leiloa o terreno, o direito de protocolo, o TCA de 2015, o EIV/RIVI desatualizado. Quer dizer, é bem essa história.

E só para finalizar, eu também sou geóloga, e a área consta como em processo de reabilitação. E realmente ali, não é só a área do Parque Telefunken, é toda a região de Jurubatuba. Ali é uma área industrial e tem uma restrição de uso de água subterrânea há mais de 20 anos. Essa é uma resolução conjunta do DAEE, o antigo Departamento de Águas, mas que não impede de forma alguma do parque ser implantado. A única coisa que não pode é cavar um poço subterrâneo e explorar a água. A única restrição é do uso da água subterrânea, mas não há nenhum problema em relação a implantar um parque.

Obrigada. É isso. Desculpa, Renata.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Imagina. Eu, dentro da minha leiguice jurídica, se tem uma coisa que eu não sou é entendedora de como o jurídico funciona. Eu não consigo entender como prevalece uma coisa de 24 anos atrás. Totalmente caduca, em cima de uma urgência climática, em cima de algo que não começou e que está sendo visivelmente especulado em cima de vendas.

O fato desse direito estar relacionado ao terreno, o único valor que ele tem é essa carta. Desculpa, o valor é enorme. Não é isso que estou dizendo. O direito que faz esse terreno ser especulativo é essa carta. Acabou. Porque o resto seria, na opinião de especuladores imobiliários, apenas uma mata sem interesse, que é o grande drama nosso, não existir valor da

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

floresta em pé, especialmente na cidade.

A SRA. PATRICIA MARRA SEPE – E talvez hoje, com o zoneamento sendo ZEPAM, só pode edificar 10%, o terreno perderia muito valor especulativo.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Especulativo. Deixando bem claro que estou falando em valor especulativo. Tudo o que eu gostaria era ser cuidadora daquela terra, não proprietária. Fazer com que ninguém pudesse mexer, porque ela seria, entre mil aspas, minha.

Muito obrigada. Foi muito produtivo o que você passou, Patricia.

A próxima a falar, Gleice Maria de Vasconcelos, da Comunidade Parque Jurubatuba. Convido a senhora, querida, nossa velha companheira, a sentar conosco. Aliás, acho que foi você que comentou comigo sobre o Parque Jurubatuba, e nós trouxemos tudo isso. Obrigada.

A SRA. GLEICE MARIA DE VASCONCELOS – Velha de luta e velha na idade.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Somos resilientes.

A SRA. GLEICE MARIA DE VASCONCELOS – Somos resilientes. Boa noite a todos, cumprimento a todos. Obrigada, Falzoni, pela sua atenção ao nosso Parque Telefunken. Sou moradora da região, luto pelo Parque Jurubatuba, mas também estou no grupo do Telefunken, porque moro lá pertinho, são cinco quadras da minha casa até o parque.

Gente, é impressionante como nós, como Poder Público, vou falar nós, porque é difícil a gente ficar apontando o dedo. Com tantos estudos, com tantas advertências em relação à emergência climática e ao super El Niño, que está vindo aí. E o nosso Poder Público caminha na contramão.

Então, nós estamos lutando por um parque quando o Poder Público deveria ser o primeiro a tomar as providências, para que haja a absorção da água da chuva, para que o calor diminua.

Vocês sabiam que o calor mata mais do que o frio, mais do que os acidentes, mais do que tudo. Vocês sabiam que o tempo de encubação do mosquito da dengue cai pela metade por causa do calor? Vocês sabiam que as árvores absorvem o CO_2 da atmosfera, dos

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

particulados emitidos pelos carros, e que esse particulados provocam muitas doenças como ataques cardíacos, derrames, câncer e problemas de pulmão?

E as árvores captam mais de 50% desses particulados, elas absorvem mais de 70% da água da chuva. E nós simplesmente cruzamos os braços, porque a atividade econômica é prioridade. Afinal nós estamos em uma grande cidade, precisamos crescer, gerar empregos. E onde fica a saúde da população? Onde fica o bem-estar da população?

Afinal de contas, nós não somos robôs. Somos seres vivos, precisamos do meio ambiente. Nós somos parte desse meio ambiente, por mais que queiramos estar no topo da cadeia alimentar, orgulhosos da nossa inteligência, nós somos simples seres vivos. E precisamos respirar, precisamos de água, precisamos de conforto térmico, precisamos da umidade do ar.

E as árvores fazem tudo isso. São estruturas maravilhosas. São multiuso, multibenefícios. E nós simplesmente estamos derrubando as nossas árvores. Inclusive, eu queria pedir nessa audiência, para que no caso do Parque Telefunken, objeto de nossa reunião hoje, que as árvores sejam preservadas. Subprefeitura de Santo Amaro, pelo amor de Deus, não deixe que as árvores sejam cortadas antes de toda essa situação, que se esgotem todos os processos relativos a esses empreendimentos.

Não é admissível que as empreiteiras mandem na cidade, mandem na vida da gente. Eles têm um projeto e já derrubam as árvores. Na frente da minha casa, eu tenho duas árvores, e eu ponho comidinha lá para os pássaros. Gente, eu não sabia que São Paulo tinha uma riqueza de fauna tão maravilhosa, são saguis, tucanos, pica-paus, maritacas, outros pássaros que eu nem sei o nome.

E a gente jogando tudo fora porque a cidade precisa crescer. Mas em benefício de quem, porque nós estamos sendo beneficiados com tantos empreendimentos, mas na verdade nós estamos vendo um descontrole na administração pública. E priorizando coisas que não tem prioridade neste momento. A prioridade é a emergência climática, porque os prejuízos que as enchentes e o calor provocam são muito maiores do que qualquer lucro que a atividade econômica proporciona.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Na época em que houve uma enchente na Zona Norte da nossa cidade, os comerciantes ficaram mais de um ano sem poder recuperar os prejuízos, porque a água inundou tudo. As pessoas perdem tudo. E a gente só vê a atividade econômica priorizando empreiteiras. Nada contra as empreiteiras, mas nós temos que cobrar do Poder Público, porque ele é responsável por nós. Tem que cumprir o seu papel, são eleitos para isso, os Governadores e Parlamentares são eleitos para cuidarem de nós. E cuidar de nós, muitas vezes, vai requerer o sacrifício deles também.

Nosso Parque Jurubatuba e nosso Parque Telefunken são muito importantes. Inclusive, ouvi agora que vão ser construídos dois corredores. A Av. Miguel Yunes tem um canteiro central com árvores. Isso significa que essas árvores, se eu não estiver enganada, terão que ser removidas.

Então, mais ainda se justifica o nosso Parque Telefunken.

- Manifestação do público.

A SRA. GLEICE MARIA DE VASCONCELOS – Prefeitura, por favor, cuide de nós. Estamos diante de uma emergência climática e estamos pagando para ver, na verdade. Nós vamos ver.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, D. Gleici, pelas palavras. Agora, chamo o Cleiton de Paula, que é do Fórum das Associações da Cidade.

O SR. CLEITON DE PAULA - Boa noite, nobres Vereadores Renata Falzoni e Nabil Bonduki, e a todos os presentes.

Começo pontuando que é muito interessante que nós, o povo, estejamos cada vez mais, de forma mais organizada, coordenada e decidida, reivindicando o espaço verde como estrutura de suporte. Isso é crescente por toda a cidade e muito positivo. Por quê? Para a nossa cidade, nossa metrópole, suportar todas as suas atividades econômicas e todas as suas dinâmicas sociais, toda a população, precisa de uma infraestrutura de suporte.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

A infraestrutura de suporte não é só a infraestrutura de transporte coletivo, como o nobre Vereador Nabil Bonduki sabe muito bem, pois desde o Cândido, aprendemos bem isso, mas também a infraestrutura verde.

Três pontos são importantes do ponto de vista jurídico, que são mitos que precisam ser esclarecidos: a matéria ambiental cultural tem um ordenamento jurídico próprio e especial. Ela é diferente e é garantida constitucionalmente por dois artigos da Constituição, 216 e 225. Isso quer dizer que esse tema é um tema diferente. Por conseguinte, em matéria ambiental-cultural, não há direito de protocolo. Vasta jurisprudência dos Tribunais Superiores. Não há direito de protocolo, porque a brincadeira até é que não se adquire o direito de poluir ou destruir o meio ambiente cultural. Então não há direito de protocolo em matéria ambiental cultural, como é o caso.

Outra questão importante: Não há fato consumado. Também nos Tribunais Superiores, com súmulas, na matéria ambiental cultural. Não há fato consumado. Isso é absolutamente relevante para podermos avançar. Nesse caso, por conseguinte, esse direito de protocolo não vale. E guardemos o seguinte: se alguém for desmatar para apostar no fato consumado, também não vale. Precisamos, então, compreender essas duas dimensões das questões ambientais culturais.

O que é importante também, nobre Vereador Nabil Bonduki, é que isso está dentro de um PIU que virou uma AIU, que é todo construído para que haja um adensamento maior, além do que o Plano Diretor Geral permite. Por conseguinte, são projetadas diversas contrapartidas a partir dos recursos advindos desse adensamento. Não há o adensamento se não houver essas contrapartidas garantidas.

E uma maneira de garantir essas contrapartidas é reservar o espaço, porque, se acabar o espaço verde, como é que você vai oferecer, quando os recursos virem, a contrapartida da infraestrutura verde advinda do adensamento? Isso não tem o menor cabimento. Isso é lei e ela tem que ser executada.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Sei que, de uns anos para cá, vem piorando, mas a administração municipal está gostando, e a estadual também, de não cumprir lei. Não cumprem lei, nós judicializamos, e eles nos mandam judicializarmos, e nós judicializamos mesmo.

Semana passada, na Subprefeitura da Sé aconteceu isso. “Será que o Prefeito está sabendo?”. “Então vai para a Justiça...”. “Iremos...”. Como foi no Conpresp. Iremos, também, quantas vezes forem necessárias, não há problema nenhum.

Agora, a questão importante é o seguinte, nesse caso: Que não se repita o caso do Parque Matarazzo, na Zona Norte que estava reservado, no Plano Diretor, em área alagável de várzea, e a Prefeitura deixou de cumprir a Lei, porque “já foi urbanizado”. Não foi urbanizado, virou um estacionamento de uma empresa, e todo mundo denunciou isso. Há inquérito no Ministério Público. Então, temos que tomar atitudes imediatas para reservar essa área. Não interessa se vai demorar 20 anos, como o Parque Augusta. Para ter a verba, tem que reservar essa área, porque, se não tiver a área reservada, aí “Ah, não, já consolidou e tal”, e acabou tudo. Temos que tomar atitudes imediatas para reservar essa área. Depois vemos o que fazemos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada. Desculpe a nossa pressão, senão estouraremos muito o tempo.

O SR. NABIL BONDUKI – Cumpramos o horário, pessoal.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Vamos lá. Elenir, da Rede Nosso Parque.

Elenir, pode sentar onde a senhora quiser. Aqui está vago. O próximo já se prepara, Rafael Barbosa, que é morador do bairro.

Três minutos para cada um. Seremos um pouquinho exigentes, agora.

A SRA. ELENIR - Falarei rápido.

Estou em diversas lutas pelas áreas verdes da cidade, que são parques que estão virando shopping, enfim, são vários problemas, além, é claro, desses parques que já deveriam ter sido implantados, como é o caso do Telefunken, ou mesmo o Parque Jurubatuba. Já devia estar pronto. São áreas verdes que já poderiam ter a mínima infraestrutura para o uso do povo.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Estamos vivendo uma emergência climática, como a Gleice falou muito bem, e precisamos de áreas verdes nessa cidade. Estão sobrando imóveis na cidade, e a especulação imobiliária continua avançando. O Governo continua apoiando a especulação imobiliária, ao invés de apoiar o bem-viver da população de São Paulo, que é gigantesca. Não estamos falando de poucas pessoas. Todos os locais estão precisando de áreas verdes. E não temos.

Se vê que as pessoas não estão querendo mais nem pensar em transporte. As pessoas estão preferindo ter o verde, porque acabaremos sem ter como sobreviver, porque somos natureza também. Somos seres vivos.

Chegará a hora que haverá onda de calor, enchente, de maneira que não conseguiremos mais viver na cidade. Se gostamos da cidade, queremos continuar vivendo aqui, e precisamos de todas essas áreas verdes.

Infelizmente, o Poder Público não está preocupado conosco, porque, se estivesse preocupado com o povo, já teria feito muito mais áreas verdes na cidade e estaria preocupado, inclusive, com a crise hídrica. Se não se tem verde, não se tem produção de água. As árvores produzem água também. Então, precisamos do verde até para não passarmos sede. O Poder Público precisa abrir os olhos para isso.

E nós, como população, precisamos ajudar esse Poder Público a abrir os olhos. Na hora de votar, não votar nessa gente que não quer o verde. Precisamos votar em pessoas que preservem o verde, que façam a manutenção dele.

Não podemos mais contar com pessoas que não estão preocupadas com as nossas vidas.

O Parque Telefunken é mais uma área verde. Infelizmente, aqui, em São Paulo, toda vez que se inaugura um parque, é porque o povo lutou muito por aquele parque. O Poder Público não tem dado de mão beijada uma área verde para nós. Pelo contrário, tem tirado as áreas verdes, como está querendo fazer no caso do Telefunken, que possui uma mata com espécies da Mata Atlântica. Tudo isso é um absurdo.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Quero dizer que ando muito indignada com a cidade, com os governantes do estado de São Paulo. Muito indignada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muitíssimo obrigada.

Antes de passar a palavra para o Sr. Rafael, eu queria me redimir, porque esqueci de anunciar que está presente o Sr. Helmer Marques, representante do Sr. Rodrigo Goulart, Secretário do Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

O SR. RAFAEL - Boa noite.

Ela já colocou o tempo aqui na minha cara, mas vou ser breve.

Boa noite a todos. Fui morador do bairro, meu pai trabalhou na Telefunken e, ali, na Telefunken, foi uma área muito da minha infância. Nos finais de semana, meu pai era segurança de lá, eu ia com ele trabalhar, conheci toda aquela região.

Vereador Nabil, aquela área tinha um imóvel – certamente da década de 30 – que chamávamos de castelo, era mesmo um “castelinho” e que, com certeza, poderia fazer parte um desses quadros, mas, infelizmente, o interesse imobiliário, assim que terminou o serviço, a Telefunken terminou as suas atividades e entrou outra empresa que trabalhava com transformadores, a AEG, esta que ficou lá muito tempo e depois a própria AEG finalizou suas atividades no País. Também era uma empresa alemã e foi passada para a Alstom. Devo dizer que tanto a Telefunken quanto a AEG respeitaram aquela parte do meio ambiente ali.

Tivemos indústrias enormes naquela região, inclusive a Villares e a Caterpillar, que não tem nenhum vestígio do que eram. Essas indústrias respeitaram aquela área que era chamada de bosque, onde tinha o “castelinho”. O “castelo” foi até utilizado como escritório da diretoria dessas empresas, os diretores ficavam ali.

Infelizmente, quando tudo terminou, quando os interesses só foram mesmo pela utilização da área, então foram derrubando tudo e também o “castelo”. Muito triste, mas ainda temos as árvores lá e a nossa fauna e flora, das quais podemos tirar alguns retratos ainda e trazer para cá, se formos lutar e, assim, não permitir que isso aconteça.

Aliás, estamos falando de uma área enorme, muito, mas muito grande. Uma área

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

pela qual o Sistema S poderia se interessar, o Instituto Federal poderia se interessar para as áreas que não têm verde e daí construir algo. É uma ideia que poderíamos pensar em ter um apoio federal se fosse o caso. E é isso.

Estou aqui para apoiar, para dizer que contem comigo, bem como espero contar com o Prefeito Ricardo Nunes, que é da região, então: “Sr. Prefeito, espero contar com o senhor, pois certamente conhece ali”.

Fiquei muito preocupado com a história do incinerador, pois sabemos da luta que empenhamos para acabar com aquele aterro sanitário da Miguel Yunes. Sabemos o que era viver com aquilo, naquela época quando havia greves dos coletores, lembro daquela fila que eles faziam e meu pai conta que, às vezes, a diretoria tinha de chamar o Ministério Público, porque o cheiro era insuportável.

Por isso, preocupa-me que a Prefeitura esteja querendo voltar com esse aterro, porém com outro nome: incinerador. Os nossos resíduos sólidos não vão voando para lá, são os caminhões e mais caminhões que os levarão. E qual será o controle disso? Quem vai fazer esse controle? Então é, assim, muito triste ter essa notícia.

Participei muito do Plano Diretor. Já vi o Vereador Nabil muito nervoso em algumas reuniões, as quais foram presididas pelo Sr. Goulart que, inclusive, é da região também, aliás, o secretário dele estava por aqui. Portanto, também gostaria de lembrar o Sr. Goulart, que conhece muito aquela área e, claro, não posso negar que estão fazendo muito pelo nosso território, porém, voltar a falar de um incinerar ali é realmente muito triste para nós. É muito triste mesmo.

Dito isso, agradeço a oportunidade, contem comigo, com nosso apoio de cobrança. É importante fazermos essa cobrança e se estivermos juntos, vamos conseguir, tenho certeza disso. Está bem? Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Fiquei curiosa com esse “castelinho”. Próximo da lista é Willian, assessor do nosso gabinete. Will, por favor, até três minutos e o resto já vai na pancada, hein, meu?

O SR. WILLIAN MENDES – Sabendo e te conhecendo, não é minha Vereadora, até

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

anotei, fiz uma “colinha”.

O que trago hoje é algo mais provocativo, sabe? Mais profético até. Não pensando tanto no lado técnico que tanto já foi abordado nessa reunião e que trouxeram à Mesa.

Vamos lá. Quero trazer um exercício de imaginação à Mesa. Peço que imaginem essa região, esse parque, pois estamos falando de 15 hectares. Para quem não tem noção do que é um hectare, como trabalhei muito em parques sempre fiz continhas, e um exemplo fácil - e dizer que um hectare é um Maracanã. Creio que, assim, todo brasileiro vai saber o que é um hectare. Portanto, imaginem 15 Maracanãs. É uma floresta, então, e muito importante, ainda mais sabedores que somos do que acontece com nossas áreas verdes e parques, em São Paulo.

Imaginem crianças que ainda nem nasceram e que daqui a duas décadas poderão caminhar por um parque, brincar debaixo de árvores, observar pássaros, andar de bicicleta e ter contato com a natureza no próprio nesse próprio parque. Imaginem essas mesmas crianças, mais à frente adultas, ao lado de seus filhos, contando que aquele espaço existe porque, muitos anos antes, um grupo de moradores decidiu lutar por ele. Estou muito feliz porque essa sala está lotada, diferente de muitas audiências das quais participamos.

E, nesse momento, imaginem o contrário: daqui dez ou vinte anos, essas mesmas pessoas olham para trás, para esse território, e descobrem que perdemos a oportunidade de preservar uma área verde, de criar um espaço público e de oferecer mais qualidade de vida para toda essa comunidade.

É sobre essas duas possibilidades de futuro que estamos justamente neste espaço para conversar.

Sou biólogo, passei boa parte da minha vida profissional dentro de parques, tais como o da Cantareira, da Ilha Bela, depois na maior reserva privada da Mata Atlântica do País, que é o Vale do Ribeira.

Essa experiência me ensinou algo fundamental: um parque não nasce apenas quando é criado por lei. Ele começa a nascer quando uma comunidade decide que aquele território merece um futuro diferente.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Participei de muitas reuniões de Conselho. Pensem o tanto de reunião que tive de fazer com as comunidades, o que para mim foi muito prazeroso. Então, quando pensamos no Parque Telefunken, precisamos enxergar muito além do que existe hoje; precisamos imaginar esse espaço como parte de uma cidade mais verde, mais saudável e mais preparada para enfrentar as mudanças climáticas; uma cidade onde as árvores não sejam vistas como obstáculos, mas como infraestrutura essencial, onde a biodiversidade tem espaço para existir e onde acesso à natureza não seja o privilégio só de quem mora perto dos grandes parques do município.

E existe uma questão que considero ainda mais importante: o futuro de um parque não pode ser decidido apenas por quem ocupa temporariamente um cargo público; Ele precisa ser construído por quem vive no território e por quem continuará vivendo nele depois que todos passarmos.

Por isso a participação da comunidade é tão importante: porque governos passam, gestões mudam, prioridades políticas se alteram, mas as decisões que tomamos sobre o território podem permanecer por gerações e, portanto, temos uma responsabilidade enorme.

Essa minha experiência em gestão de parques me permite dizer que as conquistas mais duradouras são aquelas que a sua cidade reconhece como suas e, assim, quero deixar uma provocação. Daqui dez anos, quando alguém perguntar quem ajudou a construir o futuro do Parque Telefunken, que a resposta esteja dentro desta sala. Que as pessoas possam dizer que foi aqui, com a mobilização dos moradores, com o diálogo e a participação da sociedade que esse futuro começou a ganhar uma nova forma, um novo horizonte. Porque o futuro não é simplesmente aquilo que vai acontecer daqui a dez anos: ele é consequência das escolhas que temos coragem de fazer hoje. Muito obrigado, pessoal. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada, Will. E, neste momento, convido o Lucas Tosta Piola, que é do coletivo Fortes. A palavra está contigo Lucas, até três minutos. E, em seguida, agradeço já ficar esperto, o Kevin Marcel. *Ok*, Kevin?

A minha proposta é colocar uma placa na frente de cada lugar, por exemplo, no

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

Bosque Salesiano, colocar uma imensa placa: “Graças ao Prefeito tal, perdemos essa área ” Assim, começar a classificar os lugares que estamos perdendo sistematicamente.

O SR. LUCAS TOSTA PIOLA - Boa noite a todos os presentes. Boa noite Vereador e Vereadora. Boa noite a todos da comunidade.

Meu nome é Lucas Piola. Represento o Movimento Fortes, que é a Frente Organizada pela Renovação do Trabalho, Educação e a Soberania.

Também venho aqui representar a ex-candidata a Deputada Estadual, Isadora Brizola, que contou com 72 mil votos.

Gostaria de comentar com vocês como é um absurdo termos que brigar por um direito que deveria ser básico para todos os moradores da região. É um absurdo vocês terem que brigar por tantos anos, por tanto tempo, pelo direito de poderem respirar um ar de qualidade, de terem uma área para os seus filhos crescerem, uma área de qualidade. Quanto vale?

E digo isso porque o Governo tem o dever de proteger e de olhar pelo futuro do povo que mora ali. (Palmas) Obrigado.

Quanto vale o seu direito de respirar? Quanto vale o seu direito de crescer em uma área de qualidade?

Eu pergunto aqui para o Vereador e para a Vereadora. É indiscutível: não tem preço. Exatamente, não tem preço.

E temos que nos manter aqui. O Movimento Fortes coloca-se totalmente à disposição para ajudar em tudo o que for possível nessa briga. Porque não é possível que tenhamos que brigar tanto pela construção de um parque. Não é possível.

Enquanto vemos o maior câncer da cidade de São Paulo crescer, que é a especulação imobiliária, vemos a qualidade do ar diminuir, a quantidade de áreas verdes diminuir e a quantidade de desmatamento aumentar cada vez mais para a construção de imóveis que vão ficar ali sendo inutilizados só para gerar um valor maior e agregar à especulação imobiliária, gerando contratos que não serão benéficos para a própria população.

Então, faço um apelo para o Governo: não sei se realmente alguém vai prestar

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

atenção no que estou falando, porque é difícil, mas faço um apelo para que olhem para a população. O Governo tem que olhar pela população. Não tem que olhar por contratos ou por qual empresa vai pagar mais por qualquer lote. Tem que olhar para o bem-estar da população.

Quem estiver no poder vai passar quatro anos e vai embora, se não for reeleito; e quem mora ali vai ficar a vida inteira e vai sofrer as consequências das escolhas que esse gestor fez durante quatro anos, de uma canetada que ele deu ou de um *lobby* feito por interesses políticos para ele crescer na sua carreira privada. Enquanto isso, a vida de milhares de pessoas está sendo decidida em um contrato.

Então, por favor, quem estiver assistindo a isto, quem for do Governo e tiver algum tipo de voz: olhe pelas pessoas da comunidade, pelas pessoas do bairro, porque isso é muito mais importante do que a sua carreira individual. Isso é o dever do povo; é o direito de viver em uma área verde em São Paulo, algo que está cada vez mais escasso. E o futuro tem sido cada vez mais sombrio, porque as condições climáticas vão piorando, a temperatura vai aumentando e a quantidade de locais para você respirar um ar puro, para você ter uma árvore, vai diminuindo ainda mais.

Bom, agradeço a todo mundo. Desculpem-me por passar um pouco do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Sr. Lucas Tosta Piola. Muito correto o que você fala: canetada em quatro anos que deixa marcas para séculos.

Com a palavra, o Sr. Kevin Marcel Heidmann, morador da região, por três minutos, por favor.

O SR. KEVIN MARCEL HEIDMANN – Perfeito. Boa noite a todos e a todas.

Primeiro, começo dizendo que realmente vim como morador da região e confesso que estou um pouco indignado com o distanciamento do engajamento dos moradores em relação a essa luta.

Vim como morador, mas sou organizado em um movimento, que é o MTST. Inclusive, fiquei muito feliz em ver o Sr. Nabil Bonduki aqui, a quem já conheço de outras situações, e feliz em ver a Sra. Renata Falzoni também. Enfim, são pessoas que já acompanham o trabalho, e

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

que legal que estão conosco nisso.

Mas vim como pessoa física, alguém que cresceu nesse bairro. Meu avô foi morar lá nos anos 1970, ainda no Jardim Sabará, na época da política do Banco Nacional da Habitação, BNH. E também conheci o Castelinho, que foi citado anteriormente.

Eu tenho 31 anos de idade e, nesse período, vi um impacto muito grande na região.

Do final dos anos 1990 para cá, vi os sapos sumirem. Acho que isso é um sinal de como a área foi alterada. Houve inclusive um aumento no nível da água quando chove, tudo muito concretado, com aqueles vários prédios subindo na região e, com isso, diminuindo ainda mais os espaços para escoamento de água. Desde que me entendo por gente, falamos sobre a criação de um parque ali.

Queria me colocar como alguém que conhece a região e que cresceu ali. Morei em outros lugares em determinado período, mas voltei para onde cresci. Faço um apelo para que consigamos engajar as pessoas do nosso bairro, das nossas comunidades do entorno, para estarem nessa luta.

Temos o desafio de combater essa mentalidade muito individualista de não pensar a emergência climática que estamos vivendo. Acho impressionante as pessoas quererem ter filhos sem pensar no que vamos deixar para eles. Como falei, nesse curto período já vi muita mudança e, em boa parte, para pior no tocante às áreas verdes, por mais que essas discussões estejam ganhando mais pauta.

Meu apelo é no sentido de como fazer esse debate estar presente no dia a dia do bairro. E algo que acho que pode alcançar as pessoas, pois às vezes precisamos usar diferentes abordagens para que se engajem. É necessário pensar também na questão dos carros: lá não há mais onde estacionar e continuam chegando mais prédios. Mais um condomínio aumentará esse problema. Queria colocar para as pessoas mais técnicas e especialistas se haveria a possibilidade de ter algum estacionamento público ou algo similar na área já concretada, na entrada, que não é área verde.

Quero registrar meu interesse em integrar mais estes grupos. Foi muito por acaso

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

que soube desta atividade em um dos vários grupos do bairro, por mais que já acompanhe muitos de vocês, mas quero estar mais ativo e levar a pauta para o meu coletivo. Se não for por ele, que eu esteja nos grupos já existentes, pois achei muito importante ver toda essa organização. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Sr. Kevin Marcel Heidmann.

Com a palavra, a próxima oradora, Sra. Maria do Carmo Ferreira Lotfi, do Conselho de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, CADES, Santo Amaro e do Conselho Participativo Municipal.

A SRA. MARIA DO CARMO FERREIRA LOTFI – Boa noite a todos. Como educadora aposentada, aos 73 anos, continuamos na luta pelo meio ambiente, sem jamais desistir.

Queria defender a importância do trabalho integrado do CADES, do Conselho Participativo e do Fórum Verde na nossa região.

No ano passado, plantamos mil árvores em escolas.

E por que o plantio em escolas é tão importante?

Porque a criança precisa perceber a relevância do ato de plantar e de cuidar daquela árvore. Ficamos muito orgulhosos em comemorar os mil plantios na região. Além disso, no Conselho Participativo, tivemos a verba do Orçamento Cidadão que, em sua totalidade em Santo Amaro, foi destinada à pauta ambiental. Fomos muito felizes com a construção de 12 jardins de chuva e com as revitalizações de diversas praças. Além disso, temos a preocupação constante de levar essas melhorias junto à comunidade, pois acreditamos que a política começa no território: essa é a nossa bandeira.

O CADES e o Conselho Participativo envolvem os pais, os alunos, os diretores e os nutricionistas escolares para que todos tenham plena consciência desse trabalho. Queria só aproveitar a oportunidade, já que todos ressaltaram a relevância do tema, para reforçar que o CADES também está defendendo a questão do incinerador, a questão do trabalho. Todo mundo

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

já teve essa oportunidade.

Mas eu queria só acrescentar uma informação que não é bem o conteúdo de hoje: apenas 30% das escolas municipais fazem coleta seletiva. Isso me incomoda muito como educadora e ambientalista, e eles não fazem porque não há coletores, lixeiras nas escolas.

O orçamento participativo descobriu que, no contrato das empresas que fazem a limpeza na escola, eles são obrigados a dar essa infraestrutura. Então, eu estou aqui também para pedir, por favor: está no contrato, eles não estão cumprindo e a Secretaria do Verde e da Secretaria da Educação não estão fazendo nada. Então, eu queria só agradecer essa oportunidade e também fazer esse apelo. Obrigada, gente.

Ah, é o Conselho do Meio Ambiente de Santo Amaro e o conselho participativo, do qual convido todos a participar. Agora houve a eleição, a inscrição. Gente, é muito importante para mudar a nossa comunidade. Eu acredito muito, então peço isso a vocês, quando tiverem oportunidade.

Eu, enquanto aposentada, tenho prazer de trabalhar nesses dois conselhos e também no conselho municipal, que não tem muita voz, mas estou lá para ouvir e fazer minhas intervenções quando possível, na região Sul. Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – É impressionante como esses conselhos todos perderam uma força quando eles deixaram de ser deliberativos para serem apenas consultivos.

A SRA. MARIA DO CARMO FERREIRA LOTFI – Mas a gente vai brigando.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Proteger nossas florestas é defender o clima do planeta. Amazônia de pé. A árvore em pé deveria valer muito mais que a árvore derrubada.

E o último a falar é o Eduardo de Carvalho. Desculpe, eu não tenho como anunciá-lo aqui. Obrigada.

O SR. EDUARDO DE CARVALHO – Perfeito. Bom, pessoal, boa noite. Eu sou, como a Renata falou, o Eduardo. Estou muito contente de estar aqui novamente. Eu venho pelo

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

condomínio Parque Residencial Nossa Senhora do Sabará. É um condomínio que já está presente desde 1991. Sou a terceira geração de moradores: morou a minha avó, a minha tia. E é um condomínio onde temos 3 mil pessoas, entre as quais muitos idosos.

O que eu observo é que nós utilizamos o nosso espaço, que é o espaço do estacionamento, um concreto para a gente fazer caminhada. Inclusive, eu utilizo para caminhada. Quando nós saímos ao redor, temos que passar por ruas esburacadas. Um trecho que nós temos, que é o Bate Fundo, que é uma casa de samba muito famosa e que funciona todas as segundas-feiras, é um trecho que é uma praça que está degradada, apesar de ter um equipamento público, um apoio à população trans.

Porém, a praça em si é degradada. E nós temos que fazer o caminho, passamos. Temos imóveis que vieram pela MRV e outros. Tínhamos uma área verde, mas, infelizmente, devido à especulação imobiliária, a gente não conseguiu, de certa forma barrar. A nossa associação de bairro da Vila Emir está desativada até este momento. Foi uma associação ativa. Hoje nós temos uma pessoa que toma conta, rola ali um futebol e tudo o mais.

E uma das questões que me empolgou muito para eu vir e estar aqui presente foi que, numa reunião, eu soube por um grupo, participei de uma associação de bairros lá da Jardim Marajoara, vi como eles estavam organizados, inclusive o Goulart, que é um dos que começou o projeto em 1999 com o Antônio Goulart, depois veio o próprio Nunes, em 2016. Houve esse adendo em 2017 pelo Rodrigo também, ele estava lá, passando. Só que eu observei que numa associação de bairro bem localizada – e eu estou colocando isso dentro dos critérios econômicos –, alguns questionam dizendo que o Poder Público não funciona. Houve diversos relatos de questões que foram impedidas.

Havia, inclusive, um representante de Santo Amaro, uma pessoa da Casa Civil, ali presentes, bem como toda a corporação, tanto militar, como civil, Guarda Municipal. Nós tivemos um espaço.

E quem me antecedeu, a própria Maria do Carmo, falou a respeito. Eu tive uma oportunidade de fala e uma das coisas que eu percebi – e vou até encerrar a minha fala

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

rapidamente –, é que são poucas pessoas, principalmente quando estamos na periferia, que têm essa oportunidade de participar.

Eu sou professor da rede municipal, trabalho no período da tarde para eu conseguir participar – lá, de manhã, consegui participar. Hoje, para eu poder participar, tive que doar sangue. O que você observa mesmo é que existem muitos conselhos, muitos espaços de participação e que o povo não consegue participar devido à questão do trabalho. Não aprovaram ainda nenhuma lei que possibilite, pelo menos uma vez por mês, ou até duas, que o morador escolha ir para uma Câmara Municipal, ir para a Assembleia.

Eu estou voltando aqui – estive em 2023 – porque nós tivemos um grupo de moradores que impediu a questão do corredor Sabará. Houve um apoio de diversos Vereadores e nós fizemos um movimento muito forte.

E agora, com essa questão do parque e outras coisas já bem colocadas na mesa, eu percebo que isso pode ser um "novo pesadelo". Assim, o que eu coloco para alguns presentes? É importante, sim, a gente está participando, venham para a frente, a gente pode errar as falas, pode não ser o melhor discurso, mas o mais importante é convencer aquele seu vizinho que está desacreditado da política, mesmo que ele vote naquele Vereador que a gente sabe que pode não ser o do seu agrado. Mas, se cada um fizer aquela pressão, esse Vereador que está muito mais preocupado com as questões econômicas começa a perceber: "Olha, eu não vou ter tantos votos, então eu vou começar também a me empenhar."

Quem sabe a gente não possa, em breve, ver o Parque Telefunken fundado como os demais parques desta cidade, para que a gente não precise ficar simplesmente tropeçando, o que é bem perigoso, principalmente quando passeia pela Av. Miguel Yunes. Muito obrigado.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Quanto a isso, a gente vai fazer um outro trabalho. Eu preciso estudar mais.

Eduardo Carvalho, muitíssimo obrigada. Eu vou passar agora a palavra para o Nabil Bonduki, para a gente ir para os encaminhamentos finais.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom, eu já vou fazer uma proposta de encaminhamento, porque acho que é do que precisamos. Acho que não precisamos repetir aqui a importância do parque. Todos concordam e, na verdade, a lei já diz isso. Nem se precisava muito fazer essa audiência pública para dizer que o parque é importante, porque está na lei – na lei do PIU Jurubatuba, está definido como ZEPAM e, portanto, tem que ser protegido.

Então, acho que essa questão é tranquila do ponto de vista jurídico. Inclusive, acho que a questão aqui é: em primeiro lugar, nós temos que desmontar a questão do direito de protocolo. O Cleiton fez uma fala um pouco nesse sentido. A fala dele foi ampla. Mas nós temos um caso específico aqui que é o direito de protocolo de 22 anos atrás.

E vocês sabem como é que foi feito esse direito de protocolo? Estava em discussão aqui na Câmara, eu era relator, o Plano Diretor Regional e os leitos de zoneamento. E esse não foi o único caso. Houve vários casos que aconteceram naquele período. Foi o seguinte: enquanto tramitavam para o projeto de lei ou mesmo depois que ele foi aprovado. Ele foi aprovado em agosto – aliás, em julho – e ele só entrava em vigor em janeiro.

Então, nesse período, várias incorporadoras entraram com pedidos de projeto para poder se valer da legislação que já estava para ser aprovada, mas que ainda não tinha sido aprovada ou que ainda não estava em vigor. Então, é um direito de protocolo que está totalmente caduco. Então, tem que se derrubar, porque, na hora em que se derrubar o direito de protocolo, não vai mais haver interesse de nenhuma incorporadora em fazer o empreendimento.

Aí vem a segunda questão: a Prefeitura tem de avançar no processo de implantação do parque, e que seja pela desapropriação. Em 2004, como você mesmo colocou, a área era objeto de direito de preempção.

Sabem o que é o direito de preempção? Acho que pouca gente conhece esse instrumento. A área fica com a seguinte condição: se o proprietário quiser vender, a Prefeitura tem prioridade para comprar. Esse direito de preempção estava previsto na legislação complementar ao Plano Diretor, que, na verdade, foi o zoneamento com os planos regionais.

Foi um projeto só, que complementou o Plano Diretor de 2002. Então, a área estava

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

gravada com direito de preempção, ou seja, já estava previsto que a Prefeitura tinha de comprá-la, se ela fosse oferecida a um particular. Na verdade, toda a legislação já apontou nessa direção.

O que precisamos é que a Prefeitura dê andamento ao que está previsto no nosso planejamento da cidade. O direito de protocolo é uma coisinha que atrapalha, e a Prefeitura tinha de derrubá-lo, porque não é possível que um projeto de 2004 continue até hoje segurando a área. Isso sem contar tudo o que a Patrícia colocou: há um estudo de impacto de vizinhança que não está público e que não foi debatido.

Na verdade, enquanto esse projeto não for aprovado, ele fica em suspenso, e nada anda por conta disso. Então, eu ia propor... Não sei, não me lembro, porque são tantos os casos que temos, se já há uma representação ao Ministério Público para derrubar esse direito de protocolo.

Acho que é isso que precisamos fazer. A Vereadora Renata Falzoni e eu podemos dar encaminhamento a uma representação ao Ministério Público, para propormos a derrubada do direito de protocolo e para que se dê andamento ao processo do parque. Ele não precisa ser implantado imediatamente.

O que ele tem de ser é protegido. Quando estabelecemos, no Plano Diretor de 2014, que todo parque previsto virava uma ZEPAM, foi exatamente para isso. O parque está previsto, ou seja, está planejado, mas não necessariamente há condição de implantá-lo imediatamente. Ainda assim, ele fica preservado de um processo de ocupação. Essa foi a intenção: uma maneira de tornar efetivo o planejamento da cidade.

Então, acho que temos de dar esses encaminhamentos. A Prefeitura pode declarar a área de utilidade pública sem necessariamente ter de implantar o parque imediatamente. Como está previsto no PIU Jurubatuba, em tese, o recurso para a desapropriação deve vir do PIU.

Mas a Prefeitura pode perfeitamente declarar a área de utilidade pública para fins de implantação do parque. À medida que o PIU for sendo implementado, ela vai arrecadar recursos para pagar o parque. Isso se não quiser utilizar recursos do próprio município, o que talvez pudesse fazer diretamente, porque a área, sendo uma ZEPAM, perde enormemente o valor. Já

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

há uma dívida de R$ 24 milhões, e isso vai para a frente.

Então, acho que derrubar o direito de protocolo abre o caminho para viabilizarmos a implantação do parque, que, como todos falaram, é muito importante.

Agora, vou falar em termos de planejamento mais geral da cidade. Temos de pensar esse parque, mas temos de pensar também o Parque do Aterro, o Parque Jurubatuba, a questão do incinerador e todas as questões envolvidas no planejamento daquela região, que é crucial. Estamos na boca da Billings.

É uma região muito importante, única na cidade. Então, ela precisa ter um tratamento muito especial. Se vocês pegarem ali, incluindo a questão do Autódromo de Interlagos, vão perceber que se forma realmente um cinturão verde importante de proteção, inclusive dos recursos hídricos da cidade.

Bom, acho que é isso que precisamos levar adiante. Proponho, então, que façamos essa representação ao Ministério Público e que tentemos, pela via judicial e pela via política, com a Prefeitura, dar andamento ao parque. Parece-me uma questão já previamente estabelecida.

Não estamos mais discutindo se tem de haver parque ou não. Tudo o que já foi feito pela legislação desde 2004, portanto há 22 anos, já disse que é para ter parque. Então, não é essa a questão em discussão. A questão é como derrubamos o direito de protocolo e como a Prefeitura faz um planejamento para implantar o parque gradativamente. Acho que aí haverá todo o apoio da comunidade local.

Obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Vereador Nabil Bonduki, você resumiu o que eu ia falar, inclusive um dos conceitos em que eu ia insistir muito: ter mecanismos para fazer com que a área não valha dinheiro, e sim pelo que ela é, ambientalmente.

Para além do que você falou, gostaria de fazer uma votação. Quem é a favor do não parque? Ninguém aqui questiona o parque. Quem é a favor do parque levante a mão. (Pausa) Estou vendo três lá no fundo. São contra o parque? São três pessoas que estão se abstendo.

Por que estou fazendo isso? Porque estamos tendo repetidamente audiências

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

públicas, e as conclusões óbvias dessas audiências vêm sendo sistematicamente ignoradas.

Então, quero fechar com estas palavras: 100% dos populares que vieram aqui estão a favor de um parque que já está previsto em lei e que, por opções políticas, não foi viabilizado até hoje. Não estou falando das pessoas que trabalham na máquina do Executivo, e sim dos populares, que são moradores e pessoas interessadas na cidade de São Paulo. Dinheiro a cidade tem. Há dinheiro para fazer recapeamento e para fazer obras que não são necessárias, mas o dinheiro para fazer parques e para a sustentabilidade da cidade não é aplicado de forma correta.

Ainda para finalizar, em relação ao acesso ao parque, temos também de construir tudo isso. Precisamos ter acesso por mobilidade ativa do Parque Jurubatuba para o Parque Telefunken e para o Parque do Aterro. Têm de existir pontes de pedestres unindo um lado ao outro, não só naquelas estações, mas na Estação Jurubatuba e em todas as subsequentes. Não precisamos de pontes para carros; precisamos de pontes para que pedestres e ciclistas venham da margem oeste do rio para o lado leste, onde está o parque.

Dito isso, vou passar mais uma missão para a minha equipe. Will, querido, faça uma ata completa desta reunião, com os nomes das pessoas e um resumo do que foi feito, para anexarmos à representação que faremos ao Ministério Público. Assim haverá um subsídio que comprove que a população esteve aqui e votou, mais uma vez, pelo que está previsto na lei: o Parque Telefunken.

Falei Parque Jurubatuba alguma vez, querendo dizer Telefunken? Devo ter falado. É Parque Telefunken. Valeu, queridos.

O SR. NABIL BONDUKI – Vamos dar outro nome para esse parque ou vamos continuar a chamá-lo de Telefunken? Seria bom discutir isso, porque seria bom dar um nome.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Telefunken é uma marca de televisores, aliás, daqueles que levavam um tapa e voltavam a funcionar.

O SR. NABIL BONDUKI – Dos anos 70.

- Manifestação fora do microfone.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 23/10/2026 18:24:14.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Anos 50. Diga o seu nome.

O SR. FÁBIO SANCHEZ – Com licença, queria pedir a todos que nos sigam nas redes sociais. O Instagram do parque é @parque.telefunken. Assinem também o nosso abaixo-assinado; o *link* está na bio do Instagram. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muitíssimo obrigada pela dica.

Bom, para o encerramento: nada mais havendo a tratar, sendo que ainda temos tudo a tratar, é claro, estão encerrados os nossos trabalhos de hoje.

Muitíssimo obrigada a todos e todas por estarem aqui presentes e por tanto carinho com o nosso meio ambiente.

Matéria AUD 328/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 23/10/2026 e juntado ao REQCOM ECON 27/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771224.